

000096

AVISO



**ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE AREIA BRANCA
DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

AVISO DE CHAMADA PÚBLICA Nº 01/2020

A Comissão Permanente de Licitação do Município Areia Branca/SE, para conhecimento dos interessados, comunica que realizará no dia 05 de fevereiro de 2020, às 8h, na sala de reuniões, situada à Praça Jovíniano Freire de Oliveira, s/nº, Areia Branca/SE, recebimento e abertura dos envelopes da CHAMADA PÚBLICA, neste município.

Objetivo: Aquisição de gêneros alimentícios perecíveis e hortifrutigranjeiros, da agricultura familiar, destinados aos alunos das escolas municipais do Ensino Fundamental, AEE, Pré Escolar, Creche, Mais Educação e EJA.

Unidade Orçamentaria: 1529

Projeto Atividade: 2024/2091/4001/2030/2031/2034

Natureza da Despesa: 33903000

Fonte de Recurso: 1001/1122/1125

BASE LEGAL: Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, em seu art. 14, §1º, e Resolução FNDE nº 26, de 17 de junho de 2013, em seu art. 20, §§1º e 2º em sua atual redação.

Parecer: 19/2020.

VALOR PESQUISADO: R\$ 456.176,10 (quatrocentos e cinquenta e seis mil, cento e setenta e seis reais e dez centavos).

O Edital, e informações complementares, encontra-se à disposição dos interessados, na sala da Comissão Permanente de Licitação, situada à Praça Jovíniano Freire de Oliveira, s/nº, Areia Branca/SE, de Segunda-feira à Sexta-feira, em dias de expediente, no horário das 8h às 12h, pelo telefone Fone/Fax: (79) 3288-1502.

Areia Branca/SE, 15 de janeiro de 2020.

FRANCISCO DE ASSIS SILVEIRA CRUZ
Presidente da CPL

Esta edição encontra-se no site: <http://www.municipioonline.com.br/se/prefeitura/areiabranca>

MERVAL PEREIRA

PANORAMA POLÍTICO | LUIZ AMANDA ALMEIDA | AGRUPAMENTO GLOBO

Rabo de baleia

Assim como foi um golpe político negativo para o governo Bolsonaro o anúncio, no ano passado, de que os Estados Unidos estavam apoiando a entrada da Argentina na OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico), em detrimento da promessa feita de apoio ao Brasil, hoje, com a mudança de planos de Trump, também o governo Bolsonaro tem seu momento de vitória política.

Importante notar que a política externa brasileira, desta vez, curvou-se aos interesses econômicos do país e não reagiu intempestivamente contra o anúncio dos Estados Unidos. O que parecia uma submissão, na verdade, era informação. Silenciosamente, a equipe econômica continuou trabalhando, preparando os documentos necessários para a entrada na OCDE.

O reconhecimento da relevância regional do Brasil tem um significado político importante, e a estratégia dos Estados Unidos fica clara. Ao anunciar o apoio à Argentina, dava um voto de confiança ao governo Macri, na tentativa de reverter a eleição argentina, naquela altura já amplamente favorável ao peronista Alberto Fernández.

Eleito o governo de esquerda, com Cristina Kirchner como eminência parda na Vice-Presidência, Trump volta-se para o Brasil, reforçando a política externa do governo Bolsonaro, que deu demonstrações seguidas de adesão aos Estados Unidos nesse primeiro ano de governo. A ponto de ter abandonado a cautela para apoiar publicamente a ação dos Estados Unidos que culminou na morte do general Soleimani, o mais importante ator do terrorismo iraquiano.

"O governo brasileiro está trabalhando para alinhar as suas políticas econômicas aos padrões da OCDE enquanto prioriza a adesão à organização para reforçar as suas reformas políticas", justificou o embaixador dos EUA em Brasília.

O Brasil já é o país não membro com maior cooperação e atuação no âmbito da OCDE. Participa de vários conselhos setoriais e comitês da entidade, como o de agricultura e investimentos. Já aderiu a 31 instrumentos legais da organização, sendo um dos mais importantes a Convenção de Combate ao Suborno de Funcionários Públicos Estrangeiros em Transações Internacionais.

Foi devido à sua concepção de combate à corrupção que a OCDE ficou preocupada com a decisão, afinal, a verdade, de impedir que a Unidade de Inteligência Financeira (ex-Coaf) e a Receita Federal tivessem autonomia para acessar dados para investigações.

O governo brasileiro, que desde a gestão de Michel Temer pede sua aceitação ao chamado "clube das melhores práticas internacionais", considera que a adesão à OCDE pode melhorar a imagem do país no exterior, favorecendo investimentos internacionais e as exportações.

A captação de recursos no exterior a taxas de juros menores pode acontecer até mesmo antes da entrada formal na OCDE, que pode durar até quatro anos. Um ganho importante para um governo reformista na economia como vem demonstrando ser o de Bolsonaro com Paulo Guedes e incentivar as reformas no país, algumas delas fundamentais para o novo membro ser aceito.

Mas não há consenso sobre a adesão do Brasil à OCDE. O problema é que, com ela, o país terá necessariamente que sair do G77 mais a China, grupo de países em desenvolvimento e pobres em que o Brasil tem posição de liderança. Com o acordo, o país terá que abrir mão do tratamento diferenciado que recebe na Organização Mundial do Comércio (OMC) por ser tecnicamente um emergente.

O governo Bolsonaro, no entanto, parece preferir reforçar a credibilidade no campo econômico e dar demonstrações de que é um país sério, em que se pode confiar. O governo Lula, por exemplo, embora nunca tenha deixado de cooperar com a OCDE, dizia publicamente que não queria fazer parte do clube de elite internacional por preferir manter sua posição de liderança dos emergentes.

Também a China não faz parte da OCDE, e tanto ela quanto o Brasil estão entre os países que mais atraem investidores estrangeiros. O governo Temer queria entrar na OCDE, mas não aceitava ter que abrir mão das vantagens que o país tem em organismos internacionais como país emergente.

Ja a política econômica de Paulo Guedes preferir ser rabo de baleia a cabeça de sardinha.

Chefe da Secom recebeu propinas, aponta jornal

Wajngarten é acusado de receber dinheiro da Record e da Band

O chefe da Secretária de Comunicação Social da Presidência da República (Secom), Fábio Wajngarten, recebe dinheiro de empresas contratadas pela própria secretaria, por meio de uma empresa da qual é sócio. Mesmo após assumir o cargo no Planalto, o publicitário continua como principal sócio da FW Comunicação e Marketing, que tem contratos com pelo menos cinco empresas que recebem verbas do governo. As informações são da Folha de S.Paulo.

A legislação proíbe integrantes da cúpula do governo de manter negócios com pessoas físicas ou jurídicas que possam ser afetadas por suas decisões, prática conhecida como conflito de interesses. Caso o benefício indevido seja comprovado, o ato se caracteriza como improbidade administrativa, que pode levar à demissão do cargo.

A Secom é responsável por definir a destinação da verba de propaganda do Planalto, além de ditar regras para as contas dos demais órgãos federais. Só no ano passado, a secretaria gastou R\$ 197 milhões em campanhas.

Entre as empresas que recebem dinheiro do governo por meio da Secom e também têm vínculos com a FW estão as emissoras Record e Band, que viram suas participações na verba publicitária do governo crescer no governo Bolsonaro. Em 2019, a Band gastou R\$ 109 mil no ano

com a FW em serviços de consultoria. O valor mensal do vínculo, R\$ 9.046, corresponde à metade do salário do chefe da Secom, que é de R\$ 17,3 mil.

A quantia foi confirmada à Folha pelo Grupo Bandeirantes, que informou contratar a FW desde 2004 e afirmou que a empresa "presta serviços para todas as principais emissoras da TV aberta". Questionado pela Folha, Wajngarten confirmou que mantém relações comerciais com a Record e a Band, mas não informou os valores, alegando cláusulas de confidencialidade.

Além das emissoras, a empresa do chefe da Secom também presta serviços para agências de publicidade que têm contratos com o governo, entre elas a Arplan, a Nova/SB e a Propag. O valor pago pelo serviço de checking é de R\$ 4.500, segundo a Propag.

Em agosto do ano passado, Wajngarten assinou um termo aditivo e prorrogou por mais um ano o contrato da Arplan com a Secom, de R\$ 127,3 milhões. Em janeiro, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) renovou por mais 12 meses o vínculo com a Nova/SB e a Propag. As duas empresas também conseguiram esticar seus vínculos com os ministérios da Saúde e do Turismo.

Mudança na distribuição
Na gestão de Wajngarten a Secom passou a destinar

mais verbas para a Band, Record e SBT, enquanto a Globo, líder de audiência, teve seus repasses reduzidos a um patamar mais baixo que o das concorrentes. Assim como o presidente Jair Bolsonaro (sem partido), o publicitário é um crítico recorrente da Globo e acusa a emissora carioca de perseguir o governo.

De 12 de abril, data em que Wajngarten assumiu o posto na Secom, a 31 de dezembro de 2018, a Secom destinou à Band 12,1% da verba publicitária para TVs abertas, ante 9,8% no mesmo período de 2018.

Já a Record conseguiu 27,4% e o SBT 24,7% — no ano anterior, as duas emissoras haviam recebido, respectivamente, 23,6% e 22,5%. Os dados foram obtidos com base em dados da Secom. O Tribunal de Contas da União (TCU) investiga possível distribuição de verbas oficiais por critérios políticos, com o intuito de favorecer emissoras alinhadas com o governo.

Os programas dos apresentadores José Luiz Datena, da Band, e Ratinho, do SBT, escolhidos recorrentemente pelo presidente para dar entrevistas em que defende posições adotadas pelo governo, vêm sendo contemplados com dinheiros de propaganda.

Wajngarten não vê conflito de interesses
Antes de assumir a função de chefe da Secom, o publicitário alterou o contrato social

da FW e nomeou um administrador para gerenciá-la, em seu lugar. Apesar disso, manteve-se como principal cotista da empresa, com 95% das cotas.

O novo contrato social, no entanto, prevê a distribuição anual para os sócios dos lucros e dividendos proporcionais à participação no capital social.

Em resposta à Folha, Wajngarten afirmou que não há "nenhum conflito" de interesses em manter negócios com empresas que a Secom e outros órgãos do governo contratam. "Todos os contratos existem há muitos anos e muito antes de sua ligação com o poder público", disse a Secom, por meio de nota.

O publicitário afirmou que deixou o posto de administrador da FW para assumir sua função no Planalto, "como rege a legislação". Questionado se reportou a Comissão de Ética da Presidência o vínculo com as emissoras e as agências publicitárias, como prevê a lei, o chefe da Secom afirmou que "jamais foi questionado" a respeito.

Ele negou que a renovação da Secom com a Arplan tenha relação com o fato da empresa receber dinheiro da agência. "O aditivo contratual foi feito em 2019 com as três agências licitadas. As agências Calia e NBS nunca assinaram o serviço, o que descarta qualquer tipo de influência", disse.

A Record não se pronunciou.

Governo sai em defesa de Fábio Wajngarten

BRASÍLIA (AG) - O governo Jair Bolsonaro saiu em defesa do titular da Secretaria Especial da Comunicação Social (Secom), Fábio Wajngarten, após reportagem do jornal "Folha de S.Paulo" revelar que a empresa dele tem contratos em vigor com emissoras de televisão e agências de publicidade que recebem verbas do governo federal. É tarefa da Secom direcionar os recursos de propaganda do Palácio do Planalto. Um nota divulgada pela Secom nesta tarde de quarta-feira disse se tratar de uma "mentira absurda, ilação leviana".

O ministro Luiz Eduardo Ramos, da Secretaria de Governo, a qual a Secom está subordinada, também saiu em defesa de Wajngarten. Segundo ele, a reportagem é "mais

uma maldade" do jornal. "A matéria da Folha de S. Paulo sobre o secretário Fábio Wajngarten é mais uma dessas maldades que se faz contra homens públicos. Fábio é um homem sério, honesto e dedicado ao governo ao país. Confiou no trabalho dele", escreveu Ramos.

Já o comunicado da Secom diz se tratar de mais uma investida do jornal "de maneira desatinada e irresponsável contra o governo Bolsonaro".

Por meio do texto, o secretário justifica que se afastou da gestão da empresa e nomeou um administrador. Ele alega que a lei nº 8.112, de 1990, determina que ao servidor público é proibido "participar de gerência ou administração de sociedade privada, personificada ou não personificada,

exercer o comércio", mas faz uma exceção para os que atuam como "acionista, cotista ou comanditário".

Entretanto, outra lei, de número 12.813, de 2013, determina como conflito de interesses "praticar ato em benefício de interesse de pessoa jurídica de que participe o agente público, seu cônjuge, companheiro ou parentes, consanguíneos ou afins, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, e que possa ser por ele beneficiada ou influir em seus atos de gestão".

Segundo a nota, os contratos entre a FW Comunicação e Marketing e veículos de comunicação e agência de publicidade foram firmados antes de Wajngarten assumir o posto no governo. "Ou seja, os contratos são anteriores, já existiam, não

sofreram reajustes e nem foram ampliados", destaca o comunicado. Entretanto, a reportagem da "Folha de S.Paulo" mostrou que o próprio secretário assinou, em agosto, um termo aditivo de um contrato da agência Arplan, uma das responsáveis pela publicidade da Caixa, com a Secom.

"O texto publicado é mais um exemplo do mau jornalismo praticado nos dias de hoje pela Folha de S. Paulo, que não se conforma com o sucesso do governo Bolsonaro. E nem com o desempenho da Secretaria Especial de Comunicação da Presidência da República, que mudou os parâmetros de veiculação da verba publicitária, contrariando antigos e nefastos interesses, não se submetendo a chantagens de qualquer espécie", diz a nota.

APROXIMAÇÃO

Lula prega diálogo com evangélicos

O ex-presidente Lula defendeu nesta quarta-feira (15) que o PT retome um diálogo com os evangélicos nas próximas eleições. Apesar de já ter feito parte da base de sustentação de governos petistas no passado, o segmento atualmente é um dos mais fiéis ao presidente Jair Bolsonaro (sem partido). "Eu acho que tem um espaço pra discutir religião nesse país muito grande. Eu quero entrar nessa. Eu tenho até um jeito de ser pastor, tenho um jeito, tô de cabelo branco... Eu posso ser pastor ou pode ser padre, é só a igreja acabar com o celibato que eu topo", brincou.

Em entrevista à TV do Trabalhador, vinculada ao PT, Lula afirmou que nenhum governo tratou os evangélicos tão bem quanto o dele. "Eu quero que você vá perguntar pro seu Edir Macedo, pro seu Crivella

quem e que tratou eles melhor, quem e que tratou eles com mais respeito e mais decência", afirmou.

Citados por Lula, o líder da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) e o seu sobrinho, que atualmente é prefeito do Rio de Janeiro, apoiaram Bolsonaro nas eleições de 2018. Além deles, outros importantes lideranças do segmento, como Silas Malafaia, R.R Soares e Valdemiro Santiago, também fizeram campanha a favor do militar e contra Fernando Haddad, candidato do PT.

De acordo com Lula, da mesma forma como os evangélicos apoiaram Bolsonaro nas eleições passada, eles também já o endossaram em pleitos anteriores. "A cada eleição as pessoas mudam com a quantidade de informações que ela recebe", explicou.

Lula citou o episódio da madeira em formato de pênis, fake news que circulou durante as eleições de 2018 contra Haddad, e afirmou que a história não "pegaria" com ele, mas que é necessário dar respostas a essas mentiras.

"Eu vou conversar com essa gente outra vez, o PT precisa conversar. O PT tem muita gente evangélica. O que não dá é pra você ficar quieto, o que não é uma pessoa contar uma mentira a teu respeito e você fingir que não viu. Tem que ir pra cima, com respeito, mas tem que ir pra cima", afirmou. Apesar de defender um diálogo com o segmento, Lula defendeu que o estado tem que ser laico e que ele vê muita agressividade em pastores atualmente.

"Eu vejo a agressividade que os pastores falam em alguns programas de televisão,

é uma coisa muito agressiva, é quase que uma coisa violenta. Você pede dinheiro pra pessoa de uma forma agressiva, você promete um milagre pra pessoa de forma agressiva, ai se não acontece um milagre, ainda assim, é você que é culpado, porque você não tem fé. Que história que é essa?", disse.

Críticas a Guedes
Na entrevista, Lula retomou as críticas que vem fazendo ao ministro da Economia, Paulo Guedes. O ex-presidente afirmou que o economista está cuidando do setor financeiro, mas não das pessoas mais pobres. "Você não vê ele falando a palavra crescimento, a palavra desenvolvimento... Ele só fala em vender. Ele deveria ser presidente de uma associação de mascate e nunca ele ser ministro da Fazenda", disse.

ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE AREIA BRANCA
DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

AVISO DE CHAMADA PÚBLICA Nº 01/2020

A Comissão Permanente de Licitação do Município Areia Branca/SE, para conhecimento dos interessados, comunica que realizará no dia 05 de fevereiro de 2020, às 8h, na sala de reuniões, situada à Praça Jovino J. Freire de Oliveira, s/nº, Areia Branca/SE, recebimento e abertura dos envelopes da CHAMADA PÚBLICA, neste município.

Objetivo: Aquisição de gêneros alimentícios perecíveis e hortifrutigranjeiros, da agricultura familiar, destinados aos alunos das escolas municipais do Ensino Fundamental, AEE, Pré-Escolar, Creche, Mais Educação e EJA.

Unidade Orçamentária: 1529
Projeto Atividade: 2024/2091/4001/2030/2031/2034
Natureza da Despesa: 33903000
Fonte de Recurso: 1001/1122/1125

BASE LEGAL: Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, em seu art. 14, §1º, e Resolução FNDE nº 26, de 17 de junho de 2013, em seu art. 20, §§1º e 2º em sua atual redação.
Parecer: 19/2020.

VALOR PESQUISADO: R\$ 456.176,10 (quatrocentos e cinquenta e seis mil, cento e setenta e seis reais e dez centavos).

O Edital, e informações complementares, encontra-se à disposição dos interessados, na sala da Comissão Permanente de Licitação, situada à Praça Jovino J. Freire de Oliveira, s/nº, Areia Branca/SE, de Segunda-feira à Sexta-feira, em dias de expediente, no horário das 8h às 12h, pelo telefone Fone/Fax: (79) 3288-1502.

Areia Branca/SE, 15 de janeiro de 2020.

FRANCISCO DE ASSIS SILVEIRA CRUZ
Presidente da CPL



ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

000093

ERRATA

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 01/2020

OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios perecíveis e hortifrutigranjeiros, da agricultura familiar, destinados aos alunos das escolas municipais do Ensino Fundamental, AEE, Pré Escolar, Creche, Mais Educação e EJA.

- **ONDE LÊ-SE:**
VALOR PESQUISADO: R\$ 456.176,10 (quatrocentos e cinquenta e seis mil, cento e setenta e seis reais e dez centavos).
- **ONDE LÊIA-SE:**
VALOR PESQUISADO: R\$ 660.499,90 (seiscentos e sessenta mil, quatrocentos e noventa e nove mil e noventa centavos).

Laranjeiras/SE, 20 de janeiro de 2020.

FRANCISCO DE ASSIS SILVEIRA CRUZ
Pregoeiro